ATA DA REUNIÃO DO CMP DO DIA 25/11/2021

Às treze horas e cinqüenta minutos do dia vinte e cinco de novembro de 2021, na sede do Instituto de Previdência de Aparecida de Goiânia - AparecidaPrev, situada na Avenida Santana Qd. 01 Lt.05, nesta cidade. Nesta sessão teremos como pauta, a apreciação dos dados econômicos e financeiros do mês de outubro de 2021, aprovação da prestação de contas dos investimentos e atos administrativos, analise e aprovação da política de investimentos de 2022, posse ao conselheiro Delson Vieira dos Santos e outros assuntos correlatos. Inicialmente o Presidente do Conselho o Sr Jose Marcos do Vale Freire declarou aberta a sessão dando as boas vindas a todos e verificado o quórum com a presença de 06 conselheiros e os membros dos conselhos de investimento , sendo justificada a ausência dos demais conselheiros. Foi dada posse ao Conselheiro Delson Vieira dos Santos, que passa a integrar o Conselho de Previdência em substituição ao Conselheiro Andrey. Em seguida passou ao do Presidente do Instituto o Dr. Einstein Paniago que deu boas Vindas ao conselheiro Delson Vieira recém empossado e reforçou a importância do Conselho de Previdência para o Instituto e reforçou o compromisso do Instituto com a qualificação continuada dos Conselheiros e a busca da certificação PRO-GESTAO RPPS, e agradeceu a atuação dos conselheiros em nome do Prefeito Gustavo Mendanha. Foi passada a palavra ao consultor Reiter representante da empresa Sete Capital para apresentação dos dados econômicos, financeiros e falar sobre o cenário econômico de outubro de 2021.

O mês de outubro foi marcado por pressões inflacionárias e possíveis antecipações de aperto dos ciclos de política monetária ao redor do mundo. A pressão nas cotações das commodities relacionadas a energia, que teve início no mês anterior, se somou a gargalos nas cadeias de suprimentos globais e contribuiu para maior preocupação quanto ao caráter transitório da inflação em diversos países. Bancos Centrais de importantes economias demonstraram maior atenção ao risco inflacionário e aceleraram o passo de normalização de suas políticas monetárias. Apesar da grande reprecificação observada e da queda nas cotações de algumas commodities no final do mês, o mercado acredita que o balanço de riscos inflacionário e o ponto de partida extremamente acomodatício dos bancos centrais sugerem continuidade desse movimento.

Na Europa, além da discussão em torno da crise energética, a rápida elevação nos números de novos casos de Covid-19 em determinados países como a Alemanha, Bélgica e Reino Unido chamaram atenção. Esse aumento não se traduziu em elevações nas taxas de hospitalizações e mortes.

Nos EUA, os números de casos e mortes continuaram em trajetória descendente e a atividade econômica apresentou sinais de aceleração. No cenário fiscal, um acordo para o Teto da Dívida foi atingido. Além disso, as negociações para o novo pacote fiscal continuaram e houve sinais de consolidação de um acordo para aumento de gastos entre $1.5 e 2 trilhões de dólares.

Quanto à China, os receios quanto ao contágio sistêmico em torno da crise da Evergrande foram diminuindo ao longo do mês. O governo chinês indicou que não deixaria o colapso da empresa transbordar para outros setores. Mesmo que uma crise de maiores proporções tenha sido evitada, as incertezas quanto ao setor de construção permanecem. Ainda, o aumento no número de casos de Covid representou um risco adicional ao crescimento chinês, dada a possibilidade de restrições adicionais por conta da política de tolerância zero do governo.

Apesar do desempenho positivo dos mercados internacionais, os ativos brasileiros tiveram desempenhos ruins principalmente por conta de fatores locais. O destaque foi a decisão do governo de mudar a regra do Teto de Gastos para ampliar os benefícios sociais. A credibilidade do Teto de Gastos foi comprometida e o país perdeu seu principal pilar de equilíbrio fiscal. O Teto era crucial para a ancoragem das expectativas e reforçava a responsabilidade fiscal do país.

Com a deterioração do quadro fiscal, o prêmio de risco do país se elevou e o mercado passou a esperar uma resposta mais agressiva do Banco Central. No cenário econômico, os dados de inflação continuaram a surpreender negativamente, com núcleos rodando em patamares incompatíveis com a meta. À luz desses desdobramentos, o COPOM decidiu acelerar o ritmo de alta da Selic para 150 pb em sua última reunião e sinalizou incremento de igual magnitude para a reunião de dezembro.
(Com relação ao futuro da política monetária, o mercado demonstrou estar atento a: I) PEC dos precatórios; II) trajetória da inflação; III) perspectivas e movimentos eleitorais; e IV) discussões sobre alternativas para reduzir a oscilação dos preços dos combustíveis.

Após explanação, iniciou-se o apontamento do Relatório de Investimentos das aplicações financeiras do mês outubro do ano de 2021. O Instituto de Previdência de Aparecida de Goiânia finalizou o mês com patrimônio líquido de R$ 475.136.476,19 (quatrocentos e setenta e cinco milhões, cento e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos), que representa um crescimento de 14,30% (quatorze vírgula trinta por cento) nos últimos doze meses. A carteira de investimentos atingiu a rentabilidade negativa de -1,27% (menos um vírgula vinte e sete por cento) equivalente a uma perda de - R$ 6.166.204,82 (menos seis milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e quatro reais e oitenta e dois centavos). No acumulado, a rentabilidade da carteira no ano está, até o momento, 0,17% (zero vírgula dezessete por cento), representando um ganho de R$ 849.303,97 (oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos e três reais e noventa e sete centavos), enquanto a meta atuarial (IPCA+5,87%) acumulada é de 13,50% (treze vírgula cinquenta por cento).
No que diz respeito ao cumprimento da Resolução CMN 3922 os investimentos estão de acordo com a política de investimento do AparecidaPrev todos estão enquadrados. Terminada a explanação da consultoria o presidente passou a palavra ao diretor financeiro Khayo Eduardo para apresentação dos dados administrativos do AparecidaPrev. Foi demonstrado a evolução do patrimônio líquido do fundo de 2017 a outubro de 2021, as despesas administrativas de manutenção do AparecidaPrev e demonstração dos gastos com benefícios previdenciários. A despesas administrativas até o período foi de R$ 2.542.747,25 (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil setecentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos), e o apurado da taxa de administração para o ano de 2021 é de R$ 1.772.350,39 (um milhão setecentos e setenta e dois mil e trezentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos), o total acumulado da taxa de administração e de R$ 11.452.428,21 (onze milhões, quatrocentos e cinqüenta e dois mil, quatrocentos e vinte e oito reais e vinte e um centavos. Das despesas previdenciárias em outubro foram pagas com benefícios: 866 aposentadorias, 244 pensões por morte. Sendo que no ano foram gastos com pagamento dos benefícios previdenciários no valor de R$ 17.836.330,41 (dezessete milhões, oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e trinta reais e quarenta e um centavos).
Dando continuidade a pauta do dia, foi iniciada a apresentação da política de investimentos para o exercício de 2022 os seguintes itens:

1 – A Política de Investimentos terá a vigência 01/01/2022 à 31/12/2022;

2 – A meta atuarial será estabelecida pelo atuário;

3 – O modelo de Gestão será Própria;

4 - Conforme os limites máximos da Resolução N º 3.922 atualizado pela resolução 4.695, Conselho Monetário Nacional, ficou estabelecidos as estratégias de alocação para as aplicações conforme tabela abaixo:

Renda Fixa	Lt. Res. Nº 3.922 (%) atualizada 4.695 (%)	Estratégia de Alocação (%)		
		Mínimo	Alvo	Máximo

Art. 7º, I, "a" - Títulos Públicos Federais	100%	0%	1%	20%
Art. 7°, I, "b" - FI (100% TPF) - Referenciados	100%	40%	55%	100%
Art. 7°, I, "c" - FI (100% TPF) - Bolsa de Valores	100%	0%	5%	20%
Art. 7°, II, - Compromissadas	5%	0%	0%	5%
Art. 7°, III, "a" - FI Referenciado Renda Fixa	60%	0%	2%	60%
Art. 7°, III, "b" - FI Índice de RF ou RF	60%	0%	0%	0%
Art. 7°, IV, "a" - FI de Renda Fixa	40%	0%	10%	40%
Art. 7°, IV, "b" - FI Índice de RF	40%	0%	0%	0%
Art. 7°, V, "b" - LIG - Letra Imobiliária Garantida	20%	0%	0%	0%
Art. 7°, VI, "a" - CDB	15%	0%	0%	0%
Art. 7°, VI, "b" - Poupança	15%	0%	0%	0%
Art. 7°, VII, "a" - FIDC - Sênior	5%	0%	1%	5%
Art. 7°, VII, "b" - FI Crédito Privado - Aberto	5%	0%	1%	5%
Art. 7°, VII, "c" - FI Debêntures	5%	0%	0%	0%

Renda Variável	Lt. Res. 3.922 (%) atualizada 4.695 (%)	Estratégia de Alocação (%)		
		Mínimo	Alvo	Máximo
Art. 8°, I, "a" - FI Renda Variável	30%	0%	2%	20%
Art. 8°, I, "b" - FI de Índices de Renda Variável	30%	0%	2%	20%
Art. 8°, II, "a" - FIA - Fundo de Ações	20%	0%	3%	15%
Art. 8°, II, "b" - FI de Índices de Renda Variável	20%	0%	1%	15%
Art. 8°, III, - FI Multimercado - FIM	10%	0%	5%	10%
Art. 8°, IV, "a" - FI em Participações - FIP	5%	0%	1%	5%
Art. 8°, IV, "b" - FI Imobiliário - FII	5%	0%	2%	5%
Art. 8°, IV, "c" - Mercado de Acesso	5%	0%	0%	0%

Investimento no Exterior	Lt. Res. 3.922 (%) atualizada 4.695 (%)	Estratégia de Alocação (%)		
		Mínimo	Alvo	Máximo
Art. 9º-A, I - Renda Fixa - Dívida Externa	10%***	0%	1%	10%
Art. 9º-A, II - Investimento no Exterior		0%	4%	10%

Art. 9º-A, III - Ações - BDR Nível I	0%	4%	10%

* Excetuando os fundos enquadrados nos artigos 7° I, a, b e c, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento, fundo de investimento em cotas de fundos de investimento ou fundo de índice não podem exceder a 20% das aplicações dos recursos do RPPS.

** Para as aplicações enquadradas nos artigos 7° VI a e b, o aporte está limitado ao valor coberto pelo Fundo Garantidor de Crédito - FGC, atualmente R$ 250.000,00.

*** No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se, em conjunto, ao limite de até 10% (dez por cento) do PL do RPPS.

Faz-se constar que os membros do Conselho participaram da reunião e analisaram a Política de Investimentos apresentada para o ano de 2022

O Presidente do Conselho coloca em votação a aprovação dos demonstrativos das despesas e receitas e dos investimentos no período e a Política de Investimentos. Todos os membros presentes por unanimidade aprovaram as contas apresentadas a Política de Investimentos e assinaram no ato a resolução da política de investimentos. A próxima reunião ordinária ficou marcada para dia 15 de dezembro de 2021, quarta-feira. E, não havendo nada mais a ser tratado, o Presidente do Conselho, encerrou a reunião e solicitou a mim, Sra Thamara de Melo Pires , para lavrar a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

Ana Célia Silva Rodrigues _____

Delson Vieira dos Santos _____

Ereni de Araujo Almeida _____

José Marcos do Vale Freire _____

Marise Ramos de Morais _____

Renato Marcos da Silva _____